



MULHERES EM PROCESSO DE AUTORRECONHECIMENTO E AUTOVALORIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Marisa de Fátima Lomba de Farias¹

*Somos o que vivemos...Sempre chegamos onde nos esperam...*²

Este artigo é resultado de reflexões elaboradas ao longo de pesquisas desenvolvidas em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul desde os anos 1990 e que, atualmente, se concretizarem por meio de projetos financiados pelo CNPq, pela FUNDECT e pela UFGD³.

As pesquisas desenvolvidas nesse período permitiram conhecer o modo de vida de diversos grupos de famílias moradoras em assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul e trazem à tona suas histórias silenciosas, em alguns momentos de modo solitário, em outros pelos movimentos de reivindicação que marcam a trajetória de vida de pessoas comuns. Estas vivem em busca do lugar melhor para viverem, para criarem as/os filhas/os, para envelhecerem com dignidade, com fartura, próximas à natureza, longe do tumulto e da precariedade das cidades.

Há, igualmente, uma diversidade de trajetórias de vida, de saberes, vivências e experiências que as famílias trazem para os assentamentos rurais, por isso esses são ímpares e únicos para a reprodução familiar. São lugares de pesquisa por engendram a diversidade em diversos âmbitos: sociais, culturais, políticos, de gênero. Enfim, os assentamentos rurais são tempo-espço de vida, de trabalho, de sofrimento e de expectativas, não são temporalidades idílicas. Portanto, são marcados por lembranças de lugares incomuns, experiências diversas, sonhos que se comungam, sofrimentos fortalecedores da valorização dessa terra, nem sempre de fartura, mas prenhe de *possíveis*.

Para o registro dessa história, desenvolvemos pesquisas pautadas em uma metodologia qualitativa, ou seja, a aproximação contínua com as/os protagonistas dessa trajetória marcada por

¹ Doutora em Sociologia pela UNESP de Araraquara, Professora do Curso de Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista Extensão 3 do CNPq. E-mail para contato: marisa.lomba@ufgd.edu.br

² Frases de José Saramago pronunciadas em entrevista, 29/11/2008.

³ Os projetos recebem apoio financeiro da FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). As pesquisas são desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, sendo elas: Mulheres: Relações de Gênero e de Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária Guaçu e Santa Rosa no Município de Itaquiraí-MS (CNPq/UFGD/ andamento/Pesquisadora-Coordenadora Marisa de Fátima Lomba de Farias); Sociedades e Culturas nas Fronteiras de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/andamento/Pesquisadora-Colaboradora, coordenado por Alzira Salete Menegat; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/UFGD/PRONERA: a metodologia da alternância na formação de educadores/as sociais do campo (CNPq/UFGD/andamento – Pesquisadora Bolsista Extensão 3, coordenado por Alzira Salete Menegat).



esforços contínuos para a permanência na terra. A observação e a realização de entrevistas são as principais técnicas de pesquisa. Utilizamos ainda, conversas informais, registros por meio de fotografias, aplicação de formulários, no entanto, a essência da nossa opção teórico-metodológica é a permanência nos assentamentos para um contato direto e contínuo com as famílias, com especial aproximação das mulheres. Consideramos a pesquisa como um processo contínuo e requer uma postura de atenção e sensibilidade que se relacione de modo dinâmico com as teorias e as escolhas metodológicas. Essas se constituem no trajeto do próprio conhecimento.

Para compreender a posição das mulheres no processo produtivo e, especialmente, a participação delas nos rumos do projeto familiar, procuramos refletir com o apoio dos conceitos de gênero, representação social e cotidiano, para perceber se elas são reconhecidas como protagonistas na reprodução familiar como eram no tempo-espaço dos acampamentos. Estas, bem como as crianças, atuavam nas “linhas de frente” dos movimentos sociais durante a permanência nos acampamentos, em momentos de conflitos com a polícia, nas passeatas, ou seja, em todas as etapas até a chegada à terra.

Os conceitos são compreendidos em seu movimento interno, os mesmos vão se desvelando na investigação. Há, portanto, um percurso de sua construção, pois, segundo Lefebvre, no decorrer da pesquisa esses se explicitam, ocorrem desdobramentos e encadeamentos teóricos, processos nos quais ocorrem o afloramento dos próprios limites desses conceitos e suscitam outros para além do que se esperava. O autor demonstra com tais considerações, uma dupla capacidade dos conceitos, retrospectiva e prospectiva, por permitirem a reflexão sobre o presente, considerando as experiências passadas, e os *possíveis*.⁴

Lefebvre aponta ainda a importância da dialética do pensamento conceitual com o objetivo de rompermos com a busca por evidências imediatas, rápidas e fáceis, ou ainda, com linguagens simples, codificadas e superficiais, tais orientações nos levam à crítica de uma retórica que, em grande parte, substitui a dinâmica da construção de conceitos, tal crítica permite, inclusive, a apresentação dos limites do próprio conceito.⁵ Portanto, o autor indica uma respeitável postura teórico-metodológica, com a qual compartilhamos. Um olhar sobre o vivido, sem absorvê-lo, mas permitindo a sua abertura, em um sentido lógico e dialético, rumo a uma razão renovada – razão vital –, nega, desse modo, a instrumentalização da razão em detrimento da vida. Com tal postura, aproximamos os/as “sujeitos/as” da pesquisa com o seu próprio cotidiano.

⁴ LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

⁵ Idem, ibi.



Neste cotidiano travessia⁶, não encontramos uma mulher, mas mulheres se fazendo em um *continuum*, com avanços e recuos, mas em constante procura por uma vida com maior igualdade de gênero. Para tanto, o reconhecimento de seu trabalho é *sin qua non* para seu empoderamento e maior participação tanto no interior da família – nas decisões do projeto familiar – quanto nos espaços políticos dos assentamentos.

Para compreender as ambiguidades do cotidiano travessia nos inspiramos em Guimarães Rosa⁷, no sentido de não pretensão de prender e/ou apreender o movimento do real, mas valorizá-lo enquanto uma construção de sentidos diários, e ainda como autoconstrução pessoal das mulheres em suas interrelações cotidianas. Consideramos que a vida não é demarcada por um ponto de partida ou de chegada definitivo, mas ela se constitui “no meio da travessia”, nas tentativas, nos erros e acertos, nas instabilidades, por isso é o cotidiano travessia e, em algum dia “chegaremos onde nos esperam”.

Mulheres...histórias...vidas e resistências...

As mulheres escrevem sua própria história neste cotidiano travessia, assimilando, mas também modificando aspectos da realidade. Assim, elas compõem uma experiência viva em toda a sua existência, revelada por meio das manifestações culturais, das relações sociais, das escolhas – na verdade são opções por valores –, no seu cotidiano, conferindo lugar a um conjunto de *conhecimento vivido* que se projeta para o futuro na composição da consciência e nas ações voltadas à casa e à roça, à educação dos/as filhos/as, à participação política, às relações intra e interfamiliares, enfim, os direcionamentos do projeto familiar. Esta projeção para o futuro é percebida nas considerações da senhora “A”⁸. “Há! Eu quero ter uma vida melhor, sei lá, agente tem assim (...) não tanto, mais a gente quer uma coisa melhor. Pra mim, pros meus filhos, pra no futuro eles terem alguma coisa e falar ‘nossa minha mão deixou alguma coisa pra mim né? Há! Eu quero o melhor pra eles também.’”⁹

⁶ Em outros momentos de nossas reflexões utilizamos o termo vida travessia, também neste sentido apresentado neste capítulo, no entanto, optamos por inserir o conceito de cotidiano entrelaçado à travessia, compreendendo que este abarca as variadas dimensões da vida.

⁷ ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁸ Utilizaremos apenas a primeira letra do nome da pessoa entrevistada para não revelar sua identidade, considerando que trata-se de uma história em andamento. Os parágrafos indicam que a pessoa fez pausas, refletiu e continuou seu relato.

⁹ Trecho de entrevista realizada por Dayani Fernanda Vieira Gomes, no ano de 2009 durante a realização do Projeto de Pesquisa “Mulheres: relações de gênero e de Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária Guaçu e Santa Rosa no Município de Itaquiraí-MS”, financiado pelo CNPq e UFGD, sob minha coordenação. No período Dayani era também, bolsista PIBIC/CNPq



No cotidiano travessia configurado por uma tríade: mulheres, gênero e trabalho, as mulheres apresentam interpretações ambíguas quanto a sua própria condição nesta terra e no interior do projeto familiar, influenciadas por princípios da dominação patriarcal – intrínsecos às esferas sociais, desde a família às instituições mais amplas – mas também por resistências e rupturas de padrões e modelos instituídos social e historicamente. É, portanto, uma ambiguidade fundante, no sentido profundo atribuído por Guimarães Rosa¹⁰, e aberta aos *possíveis*.

Percebe-se a dominação patriarcal mais concretamente no que tange à propriedade da terra e às responsabilidades a ela referentes, que estão condicionadas, de fato, ao homem, haja vista o baixo índice de mulheres titulares de lote e a prevalência da identificação do homem como responsável direto do lote, além da divisão sexual do trabalho.

Diante de contatos diretos com as famílias, verificamos que as mulheres trabalham diariamente no sítio, executam diversas atividades – tiram leite, tratam dos animais, plantam colhem, constroem as casas, dentre outras – no entanto, quando perguntamos quem é responsável pelo lote, há uma resposta recorrente, recebida tanto das mulheres quanto dos homens: o homem. Constata-se que mulheres e homens trabalham igualmente, por vezes, a carga de responsabilidades feminina é superior, se considerarmos que ela é responsável, prioritariamente, pelos afazeres domésticos, mais frequentemente divididos com as filhas. Há, portanto, uma constante reprodução da divisão sexual do trabalho e um sentido de “ajuda” e complementaridade para o trabalho feminino.

Algumas mulheres não conseguem avaliar a dimensão de seus esforços e a sua importância no processo para a efetivação do projeto familiar, este envolve a reprodução dos seres humanos e também a econômica, como observamos na afirmação de dona “A”, quando perguntada sobre como era a sua atuação no sítio, “dentro e fora da casa”: “[...] acho que pras duas coisas. Pras duas coisas. Com o gado, com a casa com as crianças né tem bastante coisa mais só que a gente da conta de tudo.”¹¹

Esta afirmação “a gente da conta de tudo”, como se fosse predeterminado desenvolver diversas atividades ao mesmo tempo, envolve a compreensão de suas responsabilidades como um destino. Nela estão incutidos, simbolicamente, os papéis sexuais e as características do processo de socialização, no qual as meninas desde a infância são “educadas” para desenvolverem múltiplas atividades correlacionadas, com calma, dedicação, delicadeza e assumirem a identidade materna voltada ao cuidado para com outrem. Observamos esta característica também, no caso dos cuidados

¹⁰ ROSA, op. cit.

¹¹ Trecho de entrevista realizada por Dayani Fernanda Vieira Gomes, no ano de 2009. Op. cit.



com animais doentes ou que, ao nascerem, necessitam de maior atenção. Esta responsabilidade é das meninas.

Os afazeres domésticos, quando executados por homens, diante dos relatos familiares, são resultados de necessidades que fogem ao controle, expliquemos melhor esta afirmação. Encontramos homens e filhos realizando atividades no interior da casa em situações específicas, principalmente quando a mulher está ausente ou doente, logo, não há uma divisão equitativa de responsabilidades. Ou ainda, os homens escolhem a atividade a ser realizada, direcionando prioritariamente para o preparo de alimentos (essencial também para ele) e a limpeza do entorno da casa, dificilmente, ele limpa o interior da casa, lava roupa ou acompanha as tarefas escolares das/os filhas/os. O relato de dona A reflete esta situação: “Assim, ele ta em casa ele me ajuda com alguma coisa, mais assim quando ele sai fica por minha conta.”¹²

Vale ressaltar que a concepção de “ajuda” é comum na compreensão de ambos, tanto mulheres quanto homens avaliam que um “ajuda” o outro, portanto, internalizaram seus papéis sociais de gênero e os estenderam para o trabalho. Cada um/a tem uma responsabilidade definida por princípios de destreza, força, capacidade de reflexão, enfim, características biológicas. Essas, historicamente, definem os lugares sociais e políticos de mulheres e homens, negando a formação das identidades como um processo pautado em vivências, experiências e diferentes sentidos para a vida. Parece manter-se “uma verdade” relativa aos impedimentos para que um/a ou outro/a assumam diferentes responsabilidades, o que poderia macular o poder masculino, principalmente, e/ou negar as características intrínsecas ao “ser mulher”.

Configura-se um processo de dominação alicerçado na propriedade da terra, na divisão sexual do trabalho e na dicotomização dos sentidos de produção e reprodução. Esta dominação estende-se as outras dimensões da vida, especialmente nas relações interpessoais e de gênero, ao controle sobre os corpos e desejos femininos aos espaços da casa e fora dela.

Nos assentamentos, o patriarcado se alicerça e ganha sobrevida na divisão sexual do trabalho, representado explicitamente na separação entre o espaço da casa, de atuação feminina, e o espaço da roça, de produção e de comercialização da produção, de atuação masculina, principalmente no que diz respeito à esfera de decisão e valorização do trabalho. Tal divisão também é reproduzida nos movimentos sociais e no interior de associações e grupos de organização nos assentamentos. Mesmo havendo a ampliação das ações das mulheres, encontramos conflitos de

¹² Trecho de entrevista realizada por Dayani Fernanda Vieira Gomes, no ano de 2009. Op. cit.



gênero intensos nas relações entre militantes e participantes dos grupos diversos, visíveis e simbólicos, no sentido de deslegitimar as contribuições femininas no processo decisório.

Um patriarcado ainda fortalecido e ganhando sobrevida por meio do sistema sexual de poder, organizado em princípios hierárquicos de dominação masculina, ordenado por privilégios do homem sobre a mulher, tanto no campo econômico e simbólico, quanto da sexualidade. Este sistema de dominação-exploração, segundo Saffioti¹³ está alicerçado no controle das vontades, dos interesses e no medo que perpassa gerações e gerações, por séculos e séculos, constitui-se em um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, com uma organização cultural e histórica alicerçada na solidariedade masculina, o que lhe concede força, poder e alimenta sua existência.

Esse sistema de dominação e controle – transversal às relações de gênero – é considerado o mais extenso e o mais antigo nas relações de dominação humana, possui enorme capacidade de variação e de adaptação aos diversos modos de vida social, mostra, portanto, uma vitalidade que contribui para sua própria legitimidade, naturalização e invisibilização. No entanto, o patriarcado apresenta diferentes graus de intensidade de acordo com a cultura dos grupos, as redes relacionais de domínio/exploração/opressão e também as perspectivas de rupturas de tal conjunto de relações de poder, especialmente observada nas estratégias de participação das mulheres nas instâncias de organização dos assentamentos que se ampliam gradativamente, como o resultado de resistências e criação de mecanismos de questionamento da dominação masculina.

A dominação masculina mesmo sendo onipresente por se reestruturar cotidianamente e estar em todos os lugares, inclusive naqueles em que parece impossível, como afirma Bourdieu¹⁴ – no caso dos assentamentos entre a casa e a roça conformando a hierarquia e supremacia masculina – encontramos resistências femininas cotidianas. É preciso, como nos apresenta Perrot:

[...] refletir em termos de fronteiras, de partilhas, de equilíbrios, de sedução e de amor; mas também de conflitos e de concessões, de deslocamentos, de poderes e de contrapoderes. São todas palavras-chave para estudar as relações dos homens e das mulheres nos sistemas históricos de poderes, de maneira não descritiva e estatística, mas problemática e dinâmica.¹⁵

Por isso nem tudo é dominação, percebemos mulheres instituindo resistências cotidianas, mesmo que pareçam simples, são forças simbólicas atuando em suas subjetividades, como verificamos em uma de nossas viagens ao assentamento Guaçu. Em conversa informal, diante da horta, observando o que estava plantado, se estava produzindo, a senhora “N” afirmou: “Eu tenho

¹³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995; *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

¹⁵ PERROT, Michele. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 264



que cuidar da horta (...)” Olhou para o seu companheiro e refez a frase: “Não! Eu cuido da horta”¹⁶. Neste momento, o homem direcionou o olhar para a pesquisadora e sorriu, ao mesmo tempo dona N. voltou-se para ele e confirmou sua posição.

Por outro lado, as resistências são observadas nas novas organizações coletivas de trabalho das mulheres que, pouco a pouco, se constituem nos assentamentos como formas de questionamento da falta de espaço político e decisório, além disso, as mulheres ocupam o âmbito da produção agropecuária alterando lógicas e modelos economicistas instituídos pelos desejos masculinos de ampliação da produção e do lucro. Por meio dessas resistências se autorreconhecem e se autovalorizam, demonstrando o empoderamento que se acumula gradativamente.

Em alguns casos, as mulheres se inserem em outras atividades em uma relação direta ou indireta com a terra, ou seja, encontramos algumas que atuam em diversas áreas, em escolas como professoras e/ou merendeiras, outras são agentes de saúde. Dentre essas mulheres, existem aquelas que exercem uma profissão outras, uma ocupação por serem atividades executadas sem uma formação profissional e/ou periodicidade. Há casos em que as mulheres buscam alternativas agroindustriais nas quais produzem pão, doces, queijos, enfim, comercializam produtos resultantes da produção agropecuária, os mesmos são comercializados em feiras, no comércio local e entre as próprias famílias dos assentamentos. Mesmo assim, todas elas assumem as “obrigações” no sítio, acumulando jornadas de trabalho consideradas justapostas e contínuas.

Com tais considerações podemos dizer que há uma pluriatividade que alicerça o projeto familiar, significa que observamos uma coexistência de atividades não agrícolas e agrícolas favorecendo a permanência na terra e o empoderamento das mulheres, já que ao desenvolverem algumas atividades remuneradas ou geradoras de produção a ser comercializada, inserem valores adicionais no orçamento familiar a serem direcionados às necessidades de consumo não correspondidas pela produção contínua do sítio, às vezes, muito descontínua diante de obstáculos de diversos matizes – ambientais, de mercado, relativos à saúde, dentre outros. Nesse processo há um acréscimo na capacidade de barganha das mulheres diante de decisões referentes aos rumos do projeto familiar.

Durante os momentos de contato direto com as mulheres, elas relataram que o dinheiro recebido em atividades adicionais são, frequentemente, aplicados na aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis, desejados principalmente por elas e pelos/as filhos/as, quase sempre considerados desnecessários pelo homem, tais como roupas, perfumes, móveis, eletrodomésticos,

¹⁶ Conversa informal durante permanência da pesquisadora no assentamento Guaçu, 2010.



dentre outros, além do lazer, especialmente a visita aos parentes, quase sempre deixada para último plano. A escolha do produto a ser adquirido é um elemento importante para o fortalecimento das identidades femininas, por se tratar de um campo de autovalorização e autorreconhecimento dessas mulheres, essas decidem olhando para si mesmas. Mesmo que estendam este olhar aos/as filhos/as, observamos, nestas atitudes, pequenas rupturas no sistema patriarcal.

As mulheres desejam participar do controle sobre a propriedade da terra, que gera uma influência significativa sobre as diversas decisões no processo de organização da produção, fato que permite decidir acerca da utilização dos benefícios que dela advirem, de modo a promover uma autonomia econômica e aumentar seu poder de barganha. Por isso estruturam contrapoderes de modo difuso e dinâmico, as mulheres fazem concessões e fortalecem um poder feminino “[...] oculto, escondido, encoberto pelas sombras da noite, doce e maléfico, é da ordem da astúcia que envolve e surpreende. A Mulher é a água que dorme, o pântano no qual o guerreiro se afunda, o silencia que dissimula. Um mundo do mistério do desconhecido, angustiante, terrificante.”¹⁷ Mesmo ocupando condição social inferior ao homem, esta autora demonstra que já no século XIX, as mulheres eram temidas por sua força e capacidade de resistência, de algum modo, ligadas a sua sexualidade e ao campo dos costumes, e atualmente, no âmbito dos direitos sociais, políticos, econômicos e civis.

É importante salientar o avanço conquistado com as mudanças na legislação relativa à posse da terra¹⁸. Porém, o padrão de dominação masculina continua mediatizando as relações. Tal dominação é observada na estruturação dos espaços, na organização da casa com suas divisões, a oposição entre a casa e a roça, as diferentes tarefas atribuídas aos homens e mulheres e aos meninos e meninas, acima de tudo com valores sociais diferenciados, ou seja, com contribuição considerada desigual no núcleo familiar. E ainda a dominação masculina se apresenta, sobretudo, no controle do corpo, nos comportamentos permitidos e reprimidos, enfim, nos modos de ser homem e de ser mulher.¹⁹

Várias mulheres expressam o desejo de participar da vida em suas variadas dimensões, decidindo os rumos do projeto familiar, que contempla o circuito da produção/trabalho/direitos e da vida social mais ampla e nos espaços políticos de decisão, também no interior dos assentamentos, com suas diversas alternativas de organização política. Portanto, no patriarcado há ações em duas

¹⁷ Idem, *ibid*, p. 266.

¹⁸ Cf. LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008 (Nead Debate; 14).

¹⁹ BOURDIEU, op, cit.



dimensões: da mesma forma que há o poder e a dominação masculina alicerçados no controle sobre as mulheres, há um outro poder, que se gesta mediante as formas de resistência ao campo de força masculino, a resistência feminina. No entanto, conquistar este amplo espaço de participação também envolve sofrimento e dificuldades, especialmente porque o trabalho dentro e fora de casa não é dividido (como já foi salientado), novamente a mulher está frente às múltiplas atividades, à justaposição de tarefas. Além de existir outros obstáculos o campo simbólico, a mulher vivem em seu “mundinho” como demonstra dona P.

Bem (...) eu até hoje, durante quinze anos que eu to envolvida eu nunca achei dificuldade, desde que a gente tenha vontade. Igual eu falei pra você ali fora (...) eu larguei hoje minha casa, o tanque cheio de roupa, porque eu tinha algo maior que era tentar construir algo maior, seria participar de uma reunião com o pessoal que ta vindo da universidade, que eu acho que é de extrema importância. Muitas mulheres ficaram sabendo, inclusive sócias, e opta por não vir, é mais cômodo, ficar em casa, a mulher ainda não perdeu aquela mania do comodismo entendeu? E agente sempre ta batalhando pra sair do comodismo (...) daquele mundinho, que ela construiu, ali entendeu?²⁰

Além de que, algumas mulheres destacaram que são “vigiadas”, acrescentamos a esta consideração – diante do convívio nos assentamentos – a idéia de que são “punidas” moralmente por outras mulheres e homens quando participam de movimentos sociais, são discriminadas por saírem muito de casa e viajarem, como se estivessem negando o papel de “dona de casa e de mãe” e mais, estariam suscetíveis a viverem experiências negativas e de risco para sua integridade, mais um aspecto do patriarcado que fortalece representações da maternidade como um “destino” comum e obrigatório às mulheres. Isto posto, pode-se considerar que as mulheres vivem dois momentos imbricados dialeticamente na dominação de gênero: a desvalorização de seu trabalho na terra e o impedimento da participação política nos assentamentos, dominações que geram novas dominações, especialmente no campo da conquista de autonomia e emancipação dessas mulheres. Sabemos quão importante se torna o trabalho e a vivência política para a estruturação de subjetividades femininas que definem o campo da produção de sentidos para a vida social.

A subjetividade é compreendida como um processo amplo de construção de sentidos, constituído de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto, se delineia diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, e ao mesmo tempo, tais experiências são significadas e ressignificadas no cotidiano, quando as mulheres se autorreconhecem e criam sentidos para sua própria ação no mundo. Trata-se de um vivido conflituoso e dinâmico. Pressupõe-se que há uma correlação entre ser e estar no mundo, influenciada pelas vivências das

²⁰ Assentamento Santa Rosa, 2009. Trecho de entrevista realizada por Dayani Fernanda Vieira Gomes, no ano de 2009. Op. cit.



mulheres e dos grupos sociais. Assim, afirma-se que a subjetividade é um processo complexo de definição de sujeitos, de indivíduos singulares e de suas posições sociais e históricas.

Diante disso, ratifica-se a importância da relação direta com a terra para a configuração de identificação e auto-identificação das mulheres como trabalhadoras rurais, para que seu trabalho não seja considerado como uma atividade complementar, mas fundamental para a reprodução social e econômica familiar e fortalecimento e/ou transformação nos modos de vida. Dessa forma, as mulheres estariam compondo um núcleo decisório no interior da família, com possibilidades de ampliação para o espaço público, já que se fortaleceriam em um processo de empoderamento²¹. Porém, sem negar a existência de conflitos, dificuldades e decepções. No entanto, a dimensão do trabalho na terra deve manter uma relação estreita com a perspectiva de gênero, caso contrário, não será possível a autovalorização das mulheres. Observou-se, portanto, que as mulheres no cotidiano dos assentamentos criam estratégias e representações de ser e estar no mundo, em busca por autorreconhecimento e autovalorização, vivenciando perspectivas de controle, mas também, criando mecanismos de resistências.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v. 12, n.1. Florianópolis: UFSC, 2004.
- LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008 (Nead Debate; 14).
- PERROT, Michele. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 264
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995; _____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

²¹ DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v. 12, n.1. Florianópolis: UFSC, 2004.